

Mare nostrum

A proposta de uma “União Mediterrânica”, de Sarkozy, vai dar que falar e estudar

De Toulon, uma terra sem charme, sede de uma base naval francesa entre Marselha e Cannes, dificilmente se esperaria que viesse uma grande história; de uma campanha eleitoral francesa renhida não se imaginava que pudesse surgir uma ideia que marcassem a política externa francesa e europeia durante os próximos anos. No entanto, parece que foi exactamente isso que aconteceu quando, a 7 de Fevereiro de 2007, Nicolas Sarkozy, então candidato presidencial em pré-campanha defendeu, nesse lugar sem histórias, que era necessário construir uma “União Mediterrânica”. Na ocasião a ideia não foi levada mais a sério do que são levadas as que surgem em campanhas eleitorais; mas no dia da sua tomada de posse Sarkozy voltou ao tema: “chegou o tempo de construirmos juntos uma União Mediterrânica que seja a ponte entre a Europa e África”. A partir dessa data a proposta do novo e efervescente presidente francês passou a merecer ser discutida. O problema, para políticos, académicos, *think-tanks* e todos os outros interessados é que a ideia foi, e continua a ser, bastante indefinida. E a necessitar de estudo e discussão.

“É no Mediterrâneo que se decide, provavelmente, o papel mais ou menos ambicioso e mais ou menos influente da Europa no Mundo” disse Luís Amado, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a 3 de Outubro de 2007, durante uma reunião do Euromed. E tem razão o ministro. O que se passa à volta do Mediterrâneo interessa ao resto do Mundo, e interessa-nos a nós, europeus, de uma forma muito especial. Como escreveu Bichara Kader, director do Center of Contemporary Arab World Studies da Universidade Católica de Lovaina, “o Mundo Árabe está na periferia da Europa mas está também na periferia das cidades europeias”.

Sem poder militar significativo, o maior poder da Europa é o proclamado *soft power*. Ora, a ajuda, a cooperação, os acordos bilaterais e o dinheiro europeu podem condicionar a política de Angola, tal como podem ser um factor a ter em conta pelo governo do Paquistão, mas esse poder não é temido, não é per-

cebido nem como ameaça nem como respaldo; no entanto, na orla do Mediterrâneo a “Europa”, mesmo sem soldados, pode valer muito mais, pode valer o que valer a eficácia das suas políticas, reforçada, naturalmente, pela proximidade. É connosco que a margem sul do Mediterrâneo faz mais negócios e transacções, é para o lado de cá que se imigra, é daqui que pode chegar o apoio económico e político mais consequente para as reformas. Mas é necessária, para tanto, alguma consistência, permanência e estratégia nas políticas da União Europeia, ou de alguns dos seus membros, como parece preferir Sarkozy.

Num artigo para o *Europe's World* sobre como a Europa pode ser uma força para o bem no Médio Oriente, o príncipe jordano El Hassan bin Talal explicou, que “o presidente Nicolas Sarkozy já falou de uma “União Mediterrânica” modelada a partir do projecto de paz e de integração da Europa do pós-guerra e apesar de ainda ser necessária muita clarificação sobre esta “União” Euro-Med e sobre como afectará o Processo de Barcelona e a Política Europeia de Vizinhança, ela parece ser o tipo de iniciativa que pode inspirar nova vida e alta política ao actualmente ineficiente Processo de Barcelona”. Se a palavra do príncipe não basta, a *petite histoire* ajuda.

Em Novembro de 2005 Blair, então presidente da União, e Aznar resolveram reunir, em Barcelona, os parceiros do Euromed para celebrar os dez anos do dito. Se não tem havido a *gaffe*, o momento em que um microfone ligado deixou que se ouvisse Zapatero dizer que, desse por onde desse, tinha de haver um texto final, a História falaria apenas das ausências: todos os não europeus, à excepção do presidente da Autoridade Palestiniana e do primeiro-ministro turco.

Mas, de que falamos quando falamos de “União Mediterrânica”? Há poucos estudos (há, por exemplo, do Centre for European Policies Studies (CEPS), do Parlamento Europeu, do Centro de Investigación para la Paz) e há, sobretudo, pouca clareza no discurso político. Mas, até por isso, o tema é tão interessante.

Inicialmente Sarkozy falou do projecto europeu como modelo, como base para esta ideia. Da primeira vez que a expôs demoradamente, em Tânger, durante a sua visita oficial a Marrocos, no final de Outubro de 2007, o presidente francês disse, num discurso de 40 minutos, que “a Europa foi capaz de superar os seus ódios. A França apela a todos os po-

“É no Mediterrâneo que se decide, provavelmente, o papel mais ou menos ambicioso e mais ou menos influente da Europa no Mundo”

vos do Mediterrâneo para que façam o mesmo. (...) A União Europeia começou com o carvão e o aço, a União Mediterrânica começará com o desenvolvimento sustentável”. E a 27 de Outubro, quando falou na XVa conferência dos embaixadores, Sarkozy voltou a insistir no exemplo, desta vez para dizer que a Europa se construiu a partir de solidariedades concretas e que este projecto também deve avançar assim, à volta de quatro pilares: ambiente e desenvolvimento sustentável; diálogo de culturas; crescimento económico e desenvolvimento social; e espaço de segurança mediterrânica. Mas nem assim se pode dizer que se trata de uma ideia clara ou clarificada, argumentam tanto críticos como entusiastas. Em resposta Sarkozy tem dito que é de propósito, não quer impor o projecto aos restantes participantes. Ainda assim, alguma coisa sabe-se. E nem tudo o que se sabe é bem recebido

Desde o início que os franceses têm deixado claro que preferem que seja um projecto onde se reúnam os países verdadeiramente mediterrânicos (mais Portugal), acontece que não só o dinheiro da UE vem de todos como há países do Norte da Europa que se sentem parte do mediterrâneo. É o caso da Finlândia, e a Dinamarca até inclui o Mediterrâneo na sua estratégia nacional de defesa. A objecção no entanto é justificada pelo facto de ser opinião comum que esses países, e a Alemanha, Áustria e os dez de Leste dão prioridade às relações com o Leste.

Outro motivo de discussão está em saber com quantos países se começa um projecto assim. Todos ao mesmo tempo ou apenas com alguns, nomeadamente os mais ocidentais do lado Sul? Sempre se fugiria a um dos conflitos óbvios.

Não menos importante é saber o que pensam os potenciais participantes. Para começar, os do sul e a Turquia. Esta última já deixou claro que aceita tudo menos uma alternativa à adesão. Quanto aos do Sul, para além das diversas e diferentes declarações sabe-se que não querem que as únicas preocupações sejam o combate ao terrorismo e à imigração ilegal. O Sul o que quer é facilidades na exportação dos seus produtos agrícolas, mais ajuda ao desenvolvimento, menos dificuldades nos vistos e na imigração, alteração da posição da UE na questão Israelo-árabe e, na maior parte dos casos, poucas exigências em matéria de reformas. Aliás, será certamente difícil pensar em qualquer tipo de partilha de soberania com regimes que estão longe de serem democráticos. Acresce ainda que entre os intelectuais da margem sul há acusações (sentidas ou não) de neocolonialismo relativamente a qualquer iniciativa que venha do Norte.

Num dos estudos mais interessantes sobre o tema, de responsabilidade de Michael Emerson e Nathalie

Tocci para o CEPS, chama-se a atenção para o facto de este projecto poder conflitar com iniciativas vigentes como o Processo de Barcelona e várias outras modalidades de cooperação, recorda-se que os conflitos e tensões intra-regionais são vários (Marrocos/Argélia, ou Síria/Líbano, só para não mencionar Israel) e nota-se que a questão essencial seria sempre a de saber quem paga. Ainda assim, os autores defendem que se deste debate resultasse uma separação da Política Europeia de Vizinhaça em duas, uma para o Este (onde estão incluídos vários países com expectativas de adesão) e outra para o Mediterrâneo, e a possibilidade de fazer aplicar um princípio operacional dos Estados Membros mais interessados, essas mudanças seria, por si mesmas, um saldo positivo.

Depois das primeiras apresentações e objecções, França veio dizer que afinal pretende que a Comissão Europeia seja parte integrante de qualquer iniciativa, que não é necessária uma estrutura pesada, mas antes um modelo tipo G8, com um secretariado e uma parceria assente em projectos concretos e diferenciados, como gestão costeira, iniciativas para pequenas e médias empresas ou no domínio da protecção civil, por exemplo.

Apesar de considerar necessária uma nova estratégia relativamente ao Mediterrâneo, Teresa de Sousa não encontra aqui mais do que “gestos avulsos”. Afirmar a jornalista portuguesa especialista em assuntos europeus que se trata de uma proposta “de contornos ainda indefinidos mas com dois objectivos muito claros: encontrar um lugar para a Turquia fora da União e dar à França um protagonismo regional. Duas péssimas razões”. Será? Há mais quem diga que sim.

Desde o início que muitos escreveram considerando que Sarkozy não pretendia criar uma União mas sim criar um estatuto que permita deixar a Turquia fora da União Europeia mas dentro de outra coisa qualquer. A UM seria, nessa perspectiva, essa outra coisa qualquer. Um acordo, uma fórmula, uma associação informal que colocasse em contacto permanente os países das duas margens, mas sem qualquer outra perspectiva integradora. Ou seja, uma maneira de deixar de fora os turcos e não uma solução para fazer entrar marroquinos, líbios ou mesmo sírios. É possível, mas não é necessário. Em política, tal como na Arte, a partir do momento em que a obra é exposta deixa de pertencer ao autor. Aproveitemos, portanto, a oportunidade para discutir as relações da Europa com os seus vizinhos mediterrânicos e para descobrir novos rumos.

* CONSULTOR EM ASSUNTOS EUROPEUS, MESTRANDO DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA